

Classificação de Cor e Lugar Social na Região Metropolitana de Belo Horizonte¹

Cassiana Torres

Luciana Lima

Graduandas em Ciências Sociais/UFMG.

Palavras-chave:

Lugar Social, grupos de cor, classificação de raça, autotranscrição de raça.

Keywords:

Social place, groups of color, race classification and race auto classification.

RESUMO: O presente trabalho discute a construção de identidade racial pelo escopo da posição ocupada pelo indivíduo na escala social. O que defendemos é a existência de uma associação entre identificação de cor e posição social, e que as categorias intermediárias aos grupos polares "branco" e "preto" – categoria "moreno" e categoria "pardo" – por constituírem categorias que agregam uma infinidade de tipos físicos e também sociais, apresentam certos padrões de afinidade com essas duas categorias matrizes. Utilizando dados da Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte e tendo como norte os trabalhos de Nelson do Valle Silva (HASENBALG & SILVA & LIMA, 1999), confirmamos a relação entre lugar social e cor/raça, tanto do ponto de vista de quem se autotranscreve quanto do olhar de quem classifica o outro, e importantes relações de afinidade entre a matriz "branco" e "preto" e as categorias intermediárias "pardo" e "moreno".

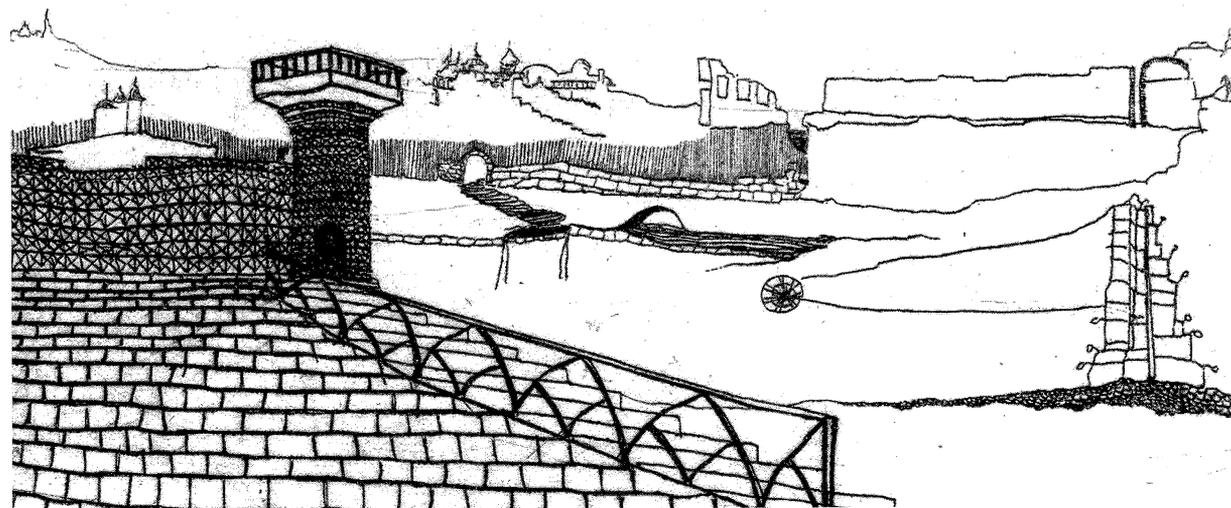
ABSTRACT: This work discuss the construction of the racial identity throw the position occupied by the individual in the social scale. The mean idea defended here is the existence of an association between the color identification and the social position, and also, that the intermediate categories polar to the groups "white" and "black" – "moreno" category and "pardo" category" – for constituting categories that add an infinity of physical and also social types, present some affinity standards with these two matrix categories. By using the data from the BH AREA SURVEY and being supported by the works of Nélson do Vale Silva (HASENBALG & SILVA & LIMA, 1999), we confirm the relationship between the social place and color/race (in the point of view of those who said what were their color/race and in the point of view of those who classify the others), and the important affinity relations between the "white" and "black" matrix and the intermediate categories "pardo" and "moreno".

1- Introdução

Levando-se em consideração que, mesmo depois da transição do Brasil arcaico, colonial e escravista para o Brasil moderno e de classes houve ainda a permanência, em grande medida, da associação entre a identificação de cor/raça e a posição social dos indivíduos, buscamos identificar indícios que comprovem essa relação a partir dos dados da Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PRMBH). Ressaltando que a identificação cor/raça tomada por nós, amplia tal

conceito para além de características como a cor da pele do respondente, assumimos que o indivíduo ao classificar sua cor/raça aciona elementos de outra natureza, os quais podem dizer sobre o seu lugar social.

Entre as categorias de classificação de raça/cor utilizadas pelo Censo Demográfico Brasileiro "branco", "preto", "pardo", "amarelo" e "indígena", empenhamos grande esforço para caracterizar o lugar social da identidade de cor/raça do respondente, em especial o daqueles que se



¹ As autoras agradecem à professora Marlise Miriam de Matos Almeida do Departamento de Ciência Política da UFMG por colaborar para a realização desse trabalho.

identificam com aquelas categorias que fogem ao extremo da matriz branco *versus* preto, como a categoria "pardo" e a classificação não-oficial "moreno".

Tendo em vista alguns resultados de trabalhos expressivos como os de Néelson do Vale Silva (HASENBALG & SILVA & LIMA, 1999) quanto à preferência do entrevistado por categorias censitárias ditas "intermediárias" – "pardo" e "moreno" – e as afinidades que as mesmas guardam com os dois extremos da tipologia empregada pelas pesquisas oficiais – "branco" e "preto" – utilizaremos como indicadores os anos bem sucedidos de estudo e o *status* da ocupação principal para verificar a consonância ou a dissonância de perfis socioeconômicos entre os grupos de cor, em especial, entre aqueles que se classificam como "pardos" ou como "morenos" e aqueles que se identificam com os grupos pólos das categorias censitárias.

2- Abordagens teóricas

2.1- Articulações feitas com o conceito de raça - pierson, harris e azevedo

Com a contribuição de três autores, Donald Pierson, Marvin Harris e Thales de Azevedo, examinaremos duas hipóteses clássicas da relação entre "cor" e posição social no Brasil: a primeira, na qual a segmentação racial se manifestaria pela discriminação de classe, e a segunda, que busca explicar a especificidade do nosso sistema de relações raciais pela permanência de uma hierarquia estamental herdada da escravidão.

Inicialmente, o estudo de "cor" no Brasil tangia uma construção racialista estruturada em torno de uma ideologia peculiar: os mestiços de diferentes raças tenderiam, por meio de um "processo de reversão", a se concentrarem em torno das características de algumas raças fundamentais. (GUIMARÃES, 1999: 97-98). Supunha-se que existiam raças fortes e fracas, e que os seus cruzamentos resultariam na prevalência dos caracteres mais fortes de cada raça.

Apoiado na teoria da "reversão", a partir de 1872, o censo brasileiro introduziu em seu questionário quatro grupos de cor: branco, caboclo, negro e pardo, definidos como membros da raça pura somados a fenótipos da raça em "reversão".

Com a chegada dos anos 40, as teorias racialistas sofreriam abalos, e o estudo de grupos de cor passaria a contar com a contribuição da Antropologia Social, agregando, portanto, características fenotípicas ao seu escopo. Segundo, Pierson, tais caracteres seriam, por ordem de importância: cor de pele, tipo de cabelo, formato do nariz e formato dos lábios (PIERSON *apud* GUIMARÃES, 1999).

Ainda, como destacou Harris (HARRIS *apud* GUIMARÃES, 1999), "o sistema de relações sociais" no Brasil fundamentou-se historicamente na ausência de regras de descendência e na relação da hierarquia social com a estratificação sócio-econômica. Neste sentido, "cor" é tomada

como uma categoria empírica, como manifestação objetiva de características fenotípicas. Por esse prisma, Pierson, baseando-se na democracia do convívio entre todas as etnias na sociedade baiana, desenvolveu a tese de que no Brasil, a sociedade não seria apenas definida pela "raça" (fenótipo), mas também por critérios sociais como riqueza e educação:

não havia barreiras ao convívio e às mobilidades sociais, entre brasileiros de diversas origens étnico-raciais, atribuíveis à "raça" em si, sendo as barreiras existentes melhor compreendidas como decorrentes da ordem econômica e cultural" (PIERSON apud GUIMARÃES, 1999)

No que tange às relações raciais no Brasil, há um vocativo uníssono ao aporte sobre o conceito de raça pensado para além da pigmentação da pele e de traços físicos, ou seja, incluindo marcas não corporais ao termo, uma vez que o negro brasileiro poderia branquear-se na medida que se elevasse economicamente e adquirisse os estilos comportamentais dos grupos dominantes, assim como o branco poderia tomar o caminho inverso:

Um brasileiro nunca é meramente um "branco," ou "um homem de cor"; ele é um homem branco rico e bem educado ou um pobre e mal educado homem branco; um homem de cor rico e educado ou um pobre e mal educado homem de cor. O produto desta qualificação pela educação e pelos recursos financeiros determina a identidade de classe de alguém. É a classe e não a raça de uma pessoa que determina a adoção de atitudes subordinadas ou superordinadas entre indivíduos específicos, relação face a face.[...] Não há grupos raciais contra os quais ocorra discriminação. Há, ao contrário, grupos de classe. A cor é um dos critérios da identidade de classe; mas não é o único critério. (GUIMARÃES, 1999, p.61; grifo nosso).

2.3- Lugar social e significados da cor

Enquanto havia escravidão, a cor da pele do escravo funcionava como atributo definidor de sua posição na hierarquia social. Quando da abolição da escravatura, estando os homens nivelados pelo princípio da liberdade, o lugar dos forros no grupo social se redefiniu pelo critério da inferioridade biológica e da incapacidade produtiva a eles imputados.

Jessé de Souza (2003) ao citar a obra de Florestan Fernandes – *Integração do Negro na Sociedade de Classes* –, pontua que a trajetória do negro na passagem do sistema escravocrata para a ordem capitalista competitiva, fora a mais desastrosa dentre todas outras:

Ao negro, fora do contexto tradicional, restava o deslocamento social na nova ordem. Ele não apresentava os pressupostos sociais e psicossociais que são os motivos últimos do sucesso no meio ambiente concorrencial. Faltava-lhe vontade de se

ocupar com as funções consideradas degradantes (...), não era suficientemente industrioso nem poupador e, acima de tudo, faltava-lhe o aguilhão da ânsia pela riqueza". (SOUZA, 2003, p.54).

A ausência de uma linha de cor que demarcasse um certo tabu da impossibilidade de mistura entre brancos e negros, redundou em uma sociedade multirracial de classe, expressa pela possibilidade de brancos e não-brancos ocuparem posições sociais não sistematicamente definidas pelo critério da cor. De acordo com Souza (2003), o preconceito erigido tangencia menos a questão da cor *per se*, do que a um certo tipo de "personalidade", tributária não apenas de indivíduos de pele escura, mas também daqueles de pele clara que com os primeiros dividiriam, na sociedade competitiva, o mesmo *habitus precário*¹. Complementando essa idéia, Antônio Guimarães (1999) identifica que Thales de Azevedo em *As Elites de Cor* observa na estrutura social brasileira que, ao lado de uma ordem econômica classista, há um certo tipo de status bipolarizado estabelecido pela cor em combinação com a origem familiar: de um lado, "brancos ricos", que poderiam ser mestiços desde que letrados, e de outro, "pretos pobres", compostos por não-letrados ainda que de pele clara (GUIMARÃES, 1999).

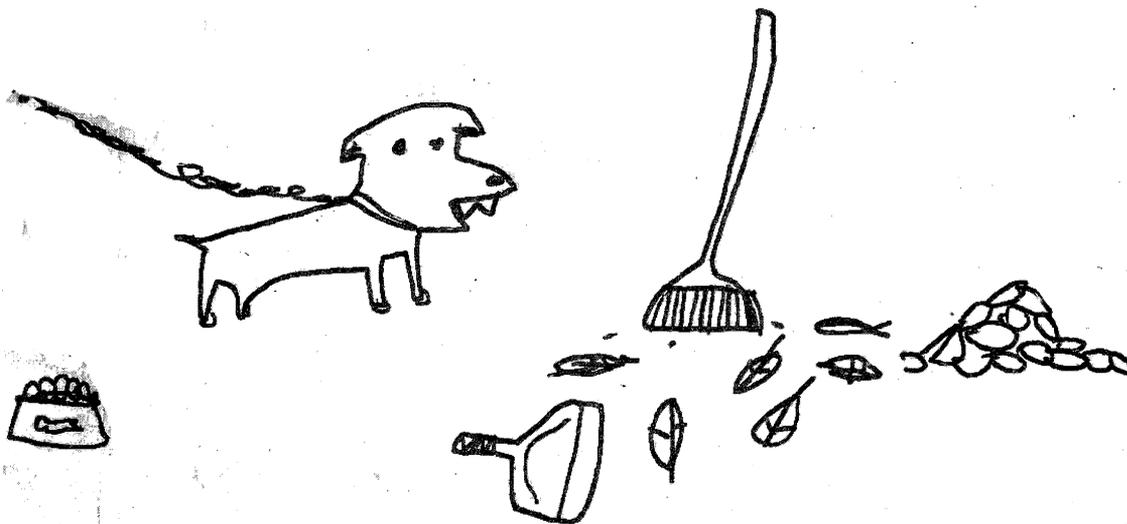
Portanto, na sociedade de classes os caracteres da aparência física não seriam suficientes para informar o lugar social de um indivíduo. Os termos "branco" e "preto" valorados respectivamente como "potência" e "impotência", "progresso" e "atraso", "ordem" e "desordem", se relativizariam para além de critérios adscritivos. O casamento multirracial entre o preto e o branco "atrasado" é um exemplo desse tipo de rela-

tivismo, na medida que a cor preta da pele, que por si mesma carrega um significado socialmente negativo, seria compensada pela escolha de um par branco, que apesar de ser um igual do ponto de vista sócio-econômico, possuiria caracteres físicos que promoveriam um certo tipo de status, como tez clara, cabelos lisos, traços finos.

2.4- Classificação de cor e Identidade Racial Brasileira

O binarismo preto/branco evocado no ideário racial brasileiro aciona também valores de repulsa e aceitação em torno da classificação primária da cor da pele. Conforme mencionado, o fato de ter a pele clara ou escura não diz muito sobre o lugar ocupado na escala social, todavia, à cor preta, em especial, estão embutidos valores culturalmente atribuídos que *a priori* da condição sócio-econômica denotam pobreza, desorganização, indolência.

O que dizer dos recentes casos de racismo sofrido por atletas de futebol de pele escura em países de população de descendência ariana? O *status* social reconhecido desses atletas se esvai frente aos apelos da diferença de cor e o significado que a pele preta encerra. No próprio Brasil, o país dos *escurinhos*, *moreninhos*, *pretinhos* e tantas outras gradações que dão a falsa impressão de uma "democracia racial", são comuns tais episódios; relativizar a cor da pele significa buscar por um referencial para além de si, e então classificar a si mesmo e também a outros segundo critérios nem sempre biologicamente corretos, mas perfeitamente factíveis à linguagem popular. É o caso de situações curiosas de racismo como o *moreninho* discriminando



¹ Pela definição do autor: "O "habitus precário" (...) seria aquele tipo de personalidade e de disposições de comportamento que não atendem às demandas objetiva para que, seja um indivíduo, seja um grupo social, possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo, podendo gozar de reconhecimento social com todas as suas dramáticas conseqüências existenciais e políticas" (SOUZA, 2003:63).

o *pretinho* ou o *pardo* discriminando o *escurinho* o que, para além da inconsistência de critérios, em última análise evocam atributos referenciados à matriz branco *versus* preto para definir a alteridade. Eis, portanto, a identidade racial sendo construída, reinventada, transformada no esteio das relações sociais. Segundo Octávio Ianni:

As raças são categorias históricas, transitórias, que se constituem socialmente a partir das relações sociais. (...) os traços raciais visíveis, fenotípicos são trabalhados, construídos ou transformados na trama das relações sociais. Quem inventa o negro do branco é o branco. E é este negro que o branco procura incutir no outro (LOVELL & BERCOVICH, 1991, p.91, grifo nosso).

O sistema de classificação de cor depara-se com a inevitável dicotomia branco/preto e a necessidade de se obter dados objetivos sobre a identidade racial do brasileiro. A tipologia de cor lançada pelo IBGE tenta superar essa rigidez ao se estruturar em torno das categorias básicas do "branco" e do "preto", mas introduzindo também as categorias "pardo" e "amarelo" que expressam um certo gradiente de cor. Na concepção de Yvone Maggi significa menos um esforço de aumentar o espectro de escolha do respondente do que evitar o ponto nevrálgico das diferenças sociais:

Nosso ideal de democracia racial, nosso mito de democracia racial obriga-nos a desviar o olhar dessa oposição porque ela decalca posições sociais desiguais entre pretos e brancos. (...) A saída do sistema e escolha mais confortável é aquela que descreve um gradiente de cores, hierarquias que tentam desfazer tanto as oposições preto versus branco como negro versus branco, mas que contém tanto elementos de uma quanto de outra. (MAIO & SANTOS, 1996, p.229).

Os trabalhos de Nelson do Valle Silva intitulados "Morenidade: modos de usar" e "Uma nota sobre "raça social" no Brasil" (HASENBALG & SILVA & LIMA, 1999), tocam no ponto central do comportamento do entrevistado – e também do entrevistador – diante da pergunta fria e direta das pesquisas: qual é a sua cor? Trabalhando com a PNAD-76 que trouxe uma questão aberta indagando sobre a cor do respondente, e em seguida, a mesma pergunta, só que com opções de resposta – "branco", "preto", "amarelo" e "pardo" –, Silva encontrou uma miríade de declarações de cor na questão aberta – 135 tipos diferentes –, mas que no entanto coincidiam com as categorias do censo: 95% das respostas da questão aberta guardavam relação com as categorias "branca", "parda" e "preta", com destaque para a declaração "morena" que arrebatou 1/3 de todas as respostas, perdendo apenas para a opção "branca", que obteve 47% das preferências.

Observa-se pelo trabalho de Silva que o respondente não se constrangeu diante das opções fechadas, o que de fato conta pontos a favor da

tipologia empregada pelas pesquisas, e que a grande incidência do quesito "moreno" na questão aberta aponta para uma curiosa peculiaridade: Silva fala que o termo "moreno" encerra significados que vão para além da cor da pele, pois evoca também a tonalidade dos cabelos – brancos de cabelos não-louros ou não-ruivos – e o lugar social do indivíduo. Ao falar do trabalho de Silva – "Morenidade: modos de usar" Maggi descreve que:

Essa categoria [o moreno] é como uma chave para se falar em cor e raça sem falar de cor e raça, pois moreno contém em si mesmo tanto cor, como ausência de cor. Tanto pode ser um negro retinto, quanto uma alva de cabelos pretos, e é uma categoria que tanto revela sobre a cultura quanto pode ser usada para conotar o lugar social das pessoas. (MAIO & SANTOS, 1996, p.231, grifo nosso).

A *morenidade* parece ser a convergência de identidades que evocam mais do que traços físicos, sendo a cultura fundamental para valorar o termo; no Brasil "moreno" é sinônimo de beleza estética, jovialidade e vitalidade, ou seja, é um atributo desejável. No trabalho de Silva com a PNAD-76 o termo "pardo" apresentou-se como item rejeitado nas opções abertas, muito em função da carga semântica negativa que encerra por estar mais próximo de "preto" do que de "branco".

Dirigindo o foco para as razões sócio-econômicas das (in)consistências de classificação de cor entre a declaração do entrevistado e a classificação dada pelo entrevistador ao seu respondente, Silva em "Uma nota sobre "raça social" no Brasil" defende a existência de um *efeito embranquecimento* expresso pelos resultados alcançados que apontaram que quanto maior a escolaridade e a renda maior a propensão do respondente em classificar-se em categorias que conotam tons mais claros de pele, sendo o inverso verdadeiro já que os menos privilegiados do ponto de vista socioeconômico tenderiam a "escurecer" sua classificação de cor.

Para além da discussão sobre se a posição social é condição suficiente para a definição de identidade racial, nos interessa saber quem são do ponto de vista socioeconômico aqueles que se identificam com categorias ponderados como o "moreno" e "pardo", e em que medida essas últimas guardam relação com a matriz branco *versus* preto tanto do ponto de vista de quem se auto-classifica quanto de quem é concomitantemente classificado por outrem. Os trabalhos de Silva demonstraram que, no limite, os grupos polares "branco" e "preto" são acionados e mantém uma certa consistência entre declarações de pretos e brancos, ou seja, é pouco provável que alguém que se defina como "preto" na questão aberta, se classifique como "branco" na questão fechada. Todavia entre as classificações "moreno" e "pardo", ao menos nos trabalhos de Nelson do Valle Silva, observou-se certa transitoriedade, ou seja, em ambos, há convergência de todos os

tipos de caracteres físicos e também sociais, e é este ponto difuso de escolhas que pretendemos realçar em nossas análises.

3- Dados, Operacionalização e Metodologia

Os dados a serem utilizados são os da Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PRMBH), realizada pelos Departamentos de Sociologia e Antropologia e de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 2002. Para mensurar o lugar social, utilizaremos os anos de escolaridade e a escala de Nelson do Valle Silva – classificação do ano de 1996 – que mede o *status* da ocupação principal do respondente. Entendemos que essas duas variáveis oferecem um importante *background* social do indivíduo, visto que o acesso à educação e o alcance ocupacional do indivíduo sofre um viés de cor/raça, com nítida vantagem para o grupo dos brancos e desvantagem para o dos não brancos.

De posse dessa informação, empregaremos uma análise de variância simples (ANOVA) acompanhada do teste *post-hoc* de comparações múltiplas de Bonferroni em duas etapas: na primeira, verificaremos se as médias dos anos de escolaridade e dos pontos na escala do *status* da ocupação principal diferem entre e intragrupos de autotranscrição de raça/cor do entrevistado, e na segunda, o mesmo procedimento se repete, porém com a intenção de verificar a tendência de classificação daqueles melhor e pior situados nas duas dimensões que expressam o lugar social dos indivíduos, relacionando o ponto de vista do entrevistador para seus entrevistados e o desses últimos para si próprios. O teste de Bonferroni será útil para comparar respostas par-a-par de categorias de raça/cor, incluídas no modelo quanto às diferenças de escolaridade e de status ocupacional. A fórmula genérica da análise de variância simples se define por:

$$F_{(k-1; n-k)} = \frac{\frac{\sum_{i=1}^k n_i(\bar{x}_i - \bar{x})^2}{k-1}}{\frac{\sum_{i=1}^k \sum_{j=1}^{n_i} (x_{ij} - \bar{x}_i)^2}{\sum_{i=1}^k (n_i - 1)}}$$

4

Ficam definidas as seguintes hipóteses:

1- Por encerrar um significado lingüístico que a situa mais próxima do pólo "branco", a categoria "moreno" se afiniza com essa última e atrai a preferência dos mais escolarizados e os de melhor status ocupacional.

2- Por encerrar um significado lingüístico que a situa mais próxima do pólo "preto", a categoria "pardo" se afiniza com essa última e atrai a preferência dos menos escolarizados e os de pior status ocupacional

3- Se os mais escolarizados e os

melhor situados na escala do *status* ocupacional tendem a "clarear" seus tons de pele e vice-versa, aqueles que acionam a categoria "moreno" quando reclassificados pelo entrevistador como "brancos" são os menos privilegiados socialmente, e quando reclassificados pelo entrevistador como "pretos" são os mais privilegiados do ponto de vista socioeconômico.

4- Seguindo o mesmo raciocínio da hipótese anterior, aqueles que acionam a categoria "pardo" quando reclassificados pelo entrevistador como "brancos" são os menos privilegiados socialmente, e quando reclassificados pelo entrevistador como "pretos" são os mais privilegiados do ponto de vista socioeconômico.

5 - Resultados

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PRMBH – 2002

Gráfico 5.1 - Média dos Anos de Escolaridade por Autoclassificação de Raça/cor

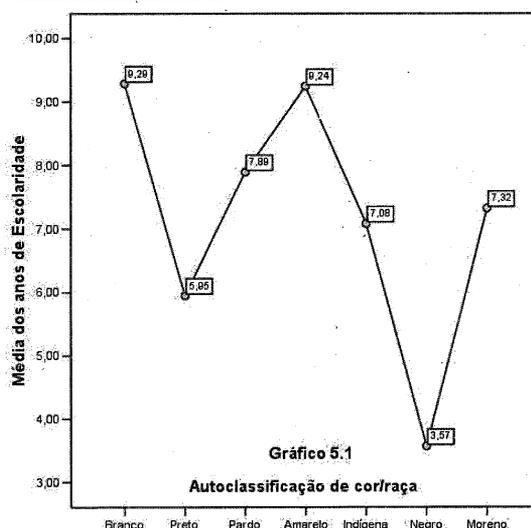
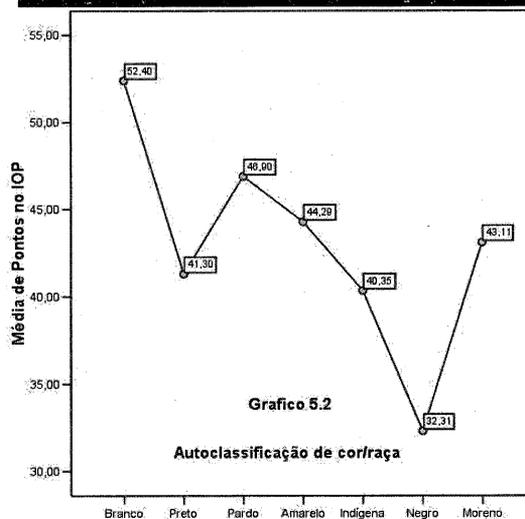


Gráfico 5.2 - Média dos Pontos no IOP por Autoclassificação de Raça/cor



Considerando apenas a autotranscrição do respondente, observa-se, tanto para a escola-

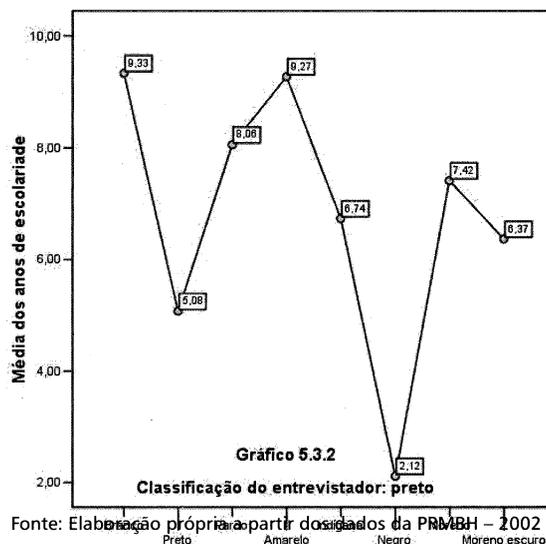
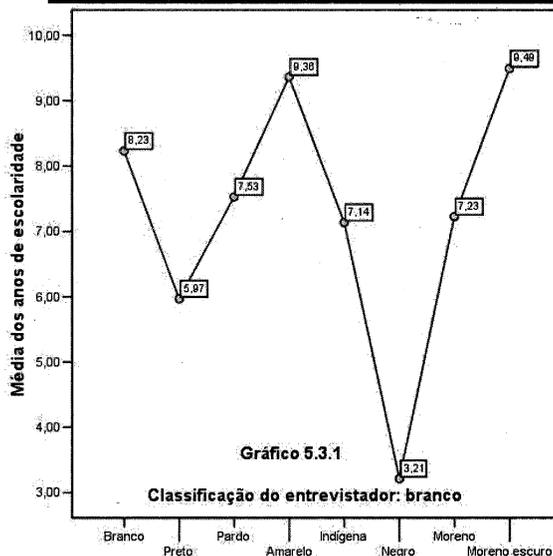
ridade quanto para o *status* sócio-ocupacional, o alcance das maiores médias por parte dos que se autodenominaram “brancos” – média de 9,3 anos de estudo e de 52,4 pontos no índice da ocupação principal (vide gráficos 5.1 e 5.2). Os que se autoclassificaram como “negros” apresentaram a pior situação dentre todos os grupos - média de 3,6 anos de estudo e de 32,3 pontos no índice de Nelson do Valle Silva -, o que em contraste com os que se denominaram “amarelos”, que apresentaram médias elevadas de escolaridade – 9,2 anos -, representa 5,7 anos a menos de estudo para esses que se identificaram como “negros”. (vide gráficos 5.1 e 5.2, e tabela 2 em anexo). Em relação aos que se classificaram como “morenos”, os “pardos” apresentaram melhor situação, tanto no quesito anos de escolaridade quanto no *status* sócio-ocupacional. Infelizmente, o teste de Bonferroni não foi significativo para comparar as diferenças de médias entre essas duas categorias e afirmar estatisticamente o quanto uma está distante da outra, mas observando os resultados em separado, vemos que os ditos “pardos” alcançaram médias de 7,9 anos de escolaridade e 46,9 pontos no índice de Nelson do Valle Silva, enquanto que os “morenos” registraram médias de 7,3 para o item escolaridade e de 43,1 para o *status* da ocupação principal. Comparando-se as categorias matrizes “branco” e “preto” com as categorias intermediárias “pardo” e “moreno”, encontramos uma relação de afinidade inversa ao que hipoteticamente esperávamos: pelo teste de Bonferroni, vimos que tanto para a escolaridade quanto para a pontuação na escala de Nelson do Valle Silva, a distância média entre “brancos” e “pardos” é bem menor do que a distância média entre “brancos” e “morenos”: a diferença entre os primeiros foi de 1,4 anos de escolaridade, enquanto que entre os segundos essa diferença foi de quase 2 anos (vide tabela 2 em anexo); quanto à pontuação de *status* ocupacional, a diferença entre “brancos” e “pardos” foi de 5,5 pontos e entre “brancos” e “morenos” ela quase que duplicou: 9,3 pontos (vide tabela 3 em anexo).

Os testes *F* foram todos estatisticamente significativos (vide tabela 1 em anexo), o que nos permite afirmar que o lugar social dos indivíduos varia entre as formas aqui contempladas de como os mesmos se percebem em relação à cor/raça. Tomando, portanto, a autoclassificação do entrevistado, os pior situados foram os “negros”, os melhores os “brancos” - seguidos de perto pelos “amarelos” -, enquanto que os “pardos” marcaram melhores posições do que os “morenos” e expressaram uma relação de afinidade com o pólo “branco” maior do que esses últimos, apesar de constituir opção comumente rejeitada por sua conotação semântica estar mais associada a “preto” do que a “branco”.

Ao colocar a autoclassificação em cruzamento com a atribuição de cor/raça por parte do entrevistador, estamos adicionando um referencial para comparar variações na forma como o indivíduo se classifica e a forma como ele é classificado. Considerando a limitação de cate-

gorias disponíveis ao entrevistador para atribuir ao entrevistado classes de cor/raça – opções dadas “branco”, “preto”, “pardo”, “amarelo” e “indígena” –, observamos peculiarmente, uma tendência ao *efeito embranquecimento* da atribuição de cor/raça do entrevistador para o entrevistado quando esse último se autoclassificava como “moreno escuro”. Essa categoria, que para esse teste ANOVA apresentou-se em número suficiente para ganhar significância estatística, quando escolhida pelo respondente recebeu de seu entrevistador, por ordem crescente de médias de escolaridade, as denominações “preto”, “pardo”, “branco” e “amarelo” (vide gráficos da seção 5.3). Essa mesma tendência se repetiu para as médias de pontos na escala do *status* sócio-ocupacional (vide gráficos da seção 5.4), se considerarmos que tivemos apenas uma reclassificação do entrevistador para a categoria “amarelo” - que alcançou a menor média dentre todos grupos -, mas não obstante, em número insuficiente para dizer que não houve nesse caso a tendência ao *efeito embranquecimento* o qual estamos nos referindo.

Gráfico 5.3 - Média dos Escolaridade de Entrevistado



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PRMBH - 2002

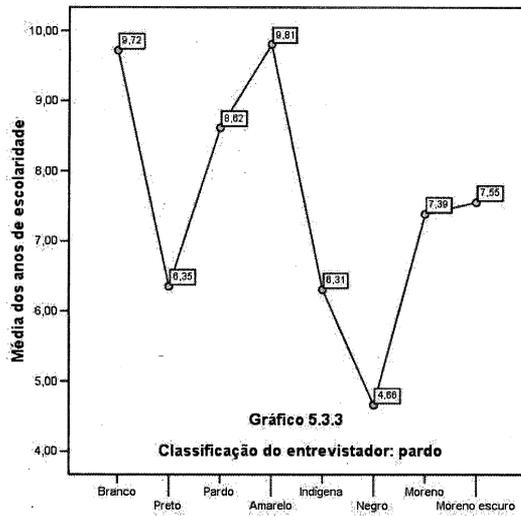
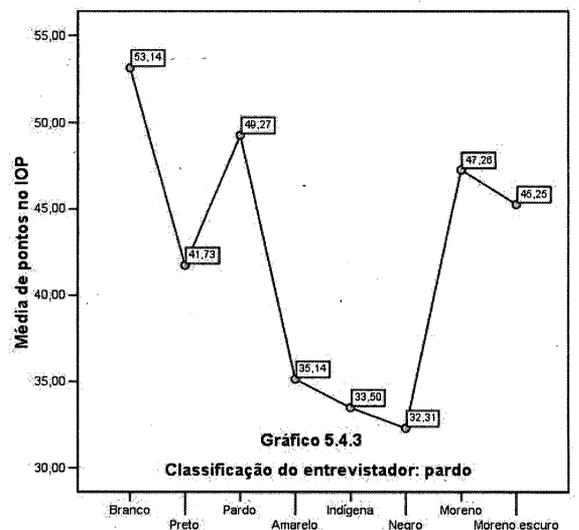
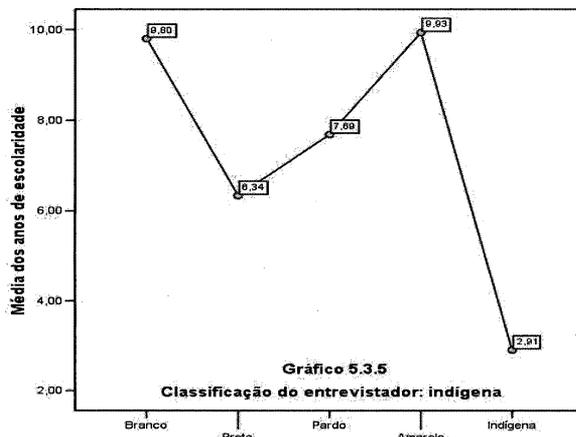
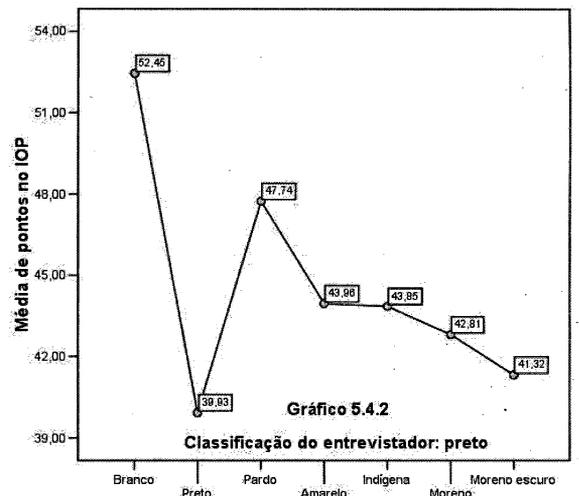
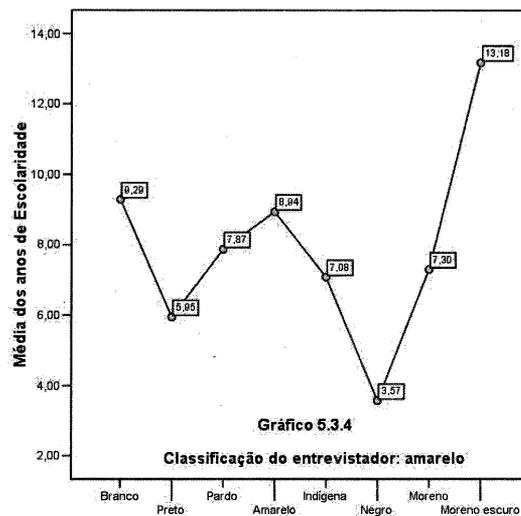
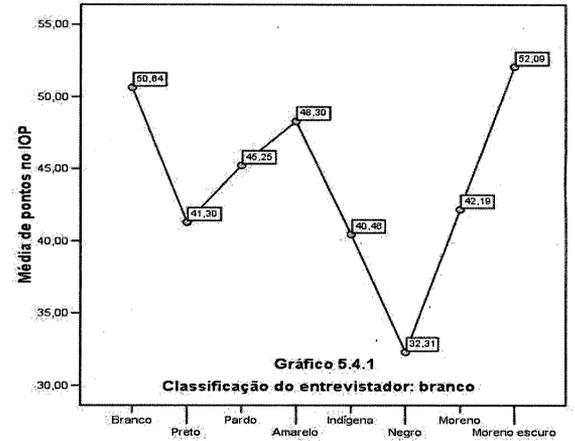
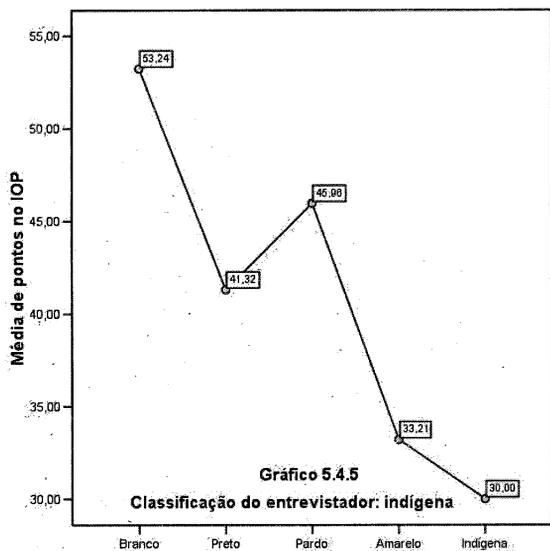
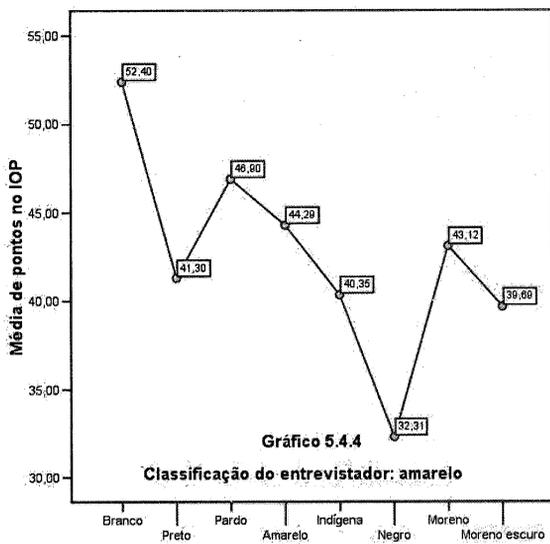


Gráfico 5.4 - Média de pontos na escala do status sócio econômico da ocupação principal (iop) – nelson do valle silva, 1996.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PRMBH – 2002



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PRMBH – 2002

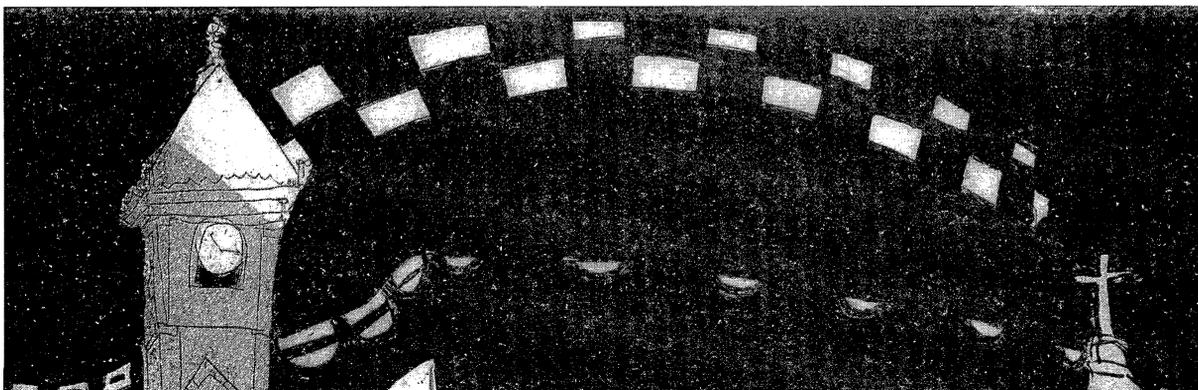
As reclassificações dos entrevistadores para aqueles respondentes que optaram pela categoria “pardo” foram, pela ordem crescente das médias de anos de escolaridade e de pontos na escala de Néelson do Valle Silva, “branco”, “indígena”, “amarelo”, “preto” e “pardo” (vide gráficos dos itens 5.3 e 5.4). A opção consistente “pardo” apresentou-se como categoria atribuída àqueles de melhor situação social: médias de 8,6 anos de estudo e de 49,3 pontos no índice da ocupação principal. Se considerarmos que a opção “preto” foi a segunda melhor colocada nos dois quesitos,

e que “branco” figurou como a categoria pior situada, temos, por um lado, uma certa tendência ao “escurecimento” da cor da pele do entrevistado para si próprio quando em pior situação social, e por outro, a recorrência do entrevistador à categoria intermediária e pouco demarcada “pardo” que pode ser a manifestação da ascendência de critérios adscritos sobre o lugar social daqueles respondentes menos privilegiados.

Comparando os resultados das reclassificações da opção “moreno”, observamos tanto para os anos de escolaridade quanto para a pontuação no índice de Néelson do Valle Silva que aqueles que foram identificados pelo entrevistador como “brancos” são uns dos pior situados, enquanto que os que foram reclassificados como “pardos” encontraram-se nas melhores posições, superando a opção “amarelo” no quesito *status* ocupacional - média de pontos igual a 47,3 -, e ficando apenas à uma posição dessa mesma categoria no quesito anos de escolaridade - média igual 7,4. Por esses resultados podemos supor que o termo “moreno” está sendo acionado pelo entrevistador de forma inversa ao que interpretamos no caso das reclassificações para “pardo”, já que o observado dessa vez aponta para a primazia da condição social desfavorável dos que se autocalificaram como brancos sobre o fenótipo dos mesmos, ou em outras palavras, a opção “moreno” apresenta-se - tal como “pardo” - como a melhor saída para desvencilhar-se dos extremos de cor e imputar à classificação o significado do lugar social daquele que identifica o outro ou a si mesmo.

6. Conclusões

Podemos concluir de um modo geral que o lugar social dos indivíduos é acionado tanto no instante de atribuir uma cor/raça a alguém quanto para uma autocalificação e que este critério perde um pouco de sua força quando tomadas aquelas categorias intermediárias - “pardo” e “moreno” -, do gradiente de cores, já que nestes casos observou-se que critérios adscritos são também importantes para a definição de *alter* e de si próprios. Vale mencionar a afinidade que encontramos entre “branco” e “pardo” e “preto” e “moreno”, o que nos lança à reflexão dos significados lingüísticos das categorias ponderadas de cor e que afetam sobremaneira a percepção do



indivíduo para sua cor/raça em consonância com seu lugar social.

Ao contrário do *efeito embranquecimento* encontrado por Nelson do Valle Silva que diz respeito a um efeito produzido pelo entrevistado, encontramos o mesmo efeito, só que desta vez, empregado pelo entrevistador, cujas reclassificações para a categoria "moreno escuro" descreveram um "clareamento" do tom de pele na medida que a média de escolaridade e de pontos no índice do *status* ocupacional se elevava.

Conscientes da multiplicidade de identidade

racial no Brasil, sabemos que certas questões não são completamente respondidas pelo instrumental da metodologia quantitativa, e que por isso, merecem um tratamento qualitativo e mais abrangente, tais como diferenças de significados lingüístico e de cultura regional que afetam a forma como o indivíduo percebe a si mesmo e aos outros em termos de cor/raça.



7- Anexos

Tabela 1 - Autoclassificação de Cor do Entrevistado e Classificação do Entrevistador

	N	Teste F	Sig
média de escolaridade	1008	13,513	0,000
Média de Pontos no Índice da Ocupação Principal segundo Nelson do Vale Silva, 1996	1007	10,613	0,000

Elaboração própria a partir dos dados da PRMBH 2002

Tabela 2 - Comparação Múltipla de Bonferroni - Autoclassificação do entrevistado Variável dependente: anos de escolaridade

(I)	(J)	Mean Difference (I-J)	Sig.	(I)	(J)	Mean Difference (I-J)	Sig.
Branco	Preto	3,33885(*)	,000	Indígena	Branco	-2,20625	,209
	Pardo	1,39418(*)	,007		Preto	1,13260	1,000
	Amarelo	,04285	1,000		Pardo	-,81207	1,000
	Indígena	2,20625	,209		Amarelo	-2,16340	,739
	Negro	5,72110(*)	,019		Negro	3,51485	1,000
Preto	Moreno	1,96607(*)	,000	Negro	Moreno	-,24018	1,000
	Branco	-3,33885(*)	,000		Branco	-5,72110(*)	,019
	Pardo	-1,94467(*)	,002		Preto	-2,38225	1,000
	Amarelo	-3,29599(*)	,000		Pardo	-4,32692	,271
	Indígena	-1,13260	1,000		Amarelo	-5,67825(*)	,038
Pardo	Negro	2,38225	1,000	Moreno	Indígena	-3,51485	1,000
	Moreno	-1,37278	,061		Moreno	-3,75503	,627
	Branco	-1,39418(*)	,007		Branco	-1,96607(*)	,000
	Preto	1,94467(*)	,002		Preto	1,37278	,061
	Amarelo	-1,35132	1,000		Pardo	-,57189	1,000
Amarelo	Indígena	,81207	1,000	Negro	Amarelo	-1,92322	,076
	Negro	4,32692	,271		Indígena	,24018	1,000
	Moreno	,57189	1,000		Negro	3,75503	,627
	Branco	-,04285	1,000				
	Preto	3,29599(*)	,000				
	Pardo	1,35132	1,000				
	Indígena	2,16340	,739				
	Negro	5,67825(*)	,038				
	Moreno	1,92322	,076				

* p<0,05.

Elaboração própria a partir dos dados da PRMBH 2002.

Tabela 3- Comparação Múltipla de Bonferroni - Autoclassificação do entrevistado Variável dependente: Índice sócio-ocupacional segundo Nelson do Valle Silva, 1996

(I)	(J)	M e a n Difference (I-J)	Sig.	(I)	(J)	M e a n Difference (I-J)	Sig.
	Preto	11,09235(*)	,000	Indígena	Branco	-12,04631(*)	,005
	Pardo	5,49903(*)	,019		Preto	-.95395	1,000
	Amarelo	8,10450	,060		Pardo	-6,54728	1,000
	Indígena	12,04631(*)	,005		Amarelo	-3,94181	1,000
	Negro	20,08866	,217		Negro	8,04236	1,000
	Moreno	9,28700(*)	,000		Moreno	-2,75930	1,000
Preto	Branco	-11,09235(*)	,000	Negro	Branco	-20,08866	,217
	Pardo	-5,59333	,209		Preto	-8,99631	1,000
	Amarelo	-2,98786	1,000		Pardo	-14,58964	1,000
	Indígena	,95395	1,000		Amarelo	-11,98417	1,000
	Negro	8,99631	1,000		Indígena	-8,04236	1,000
	Moreno	-1,80535	1,000		Moreno	-10,80166	1,000
Pardo	Branco	-5,49903(*)	,019	Moreno	Branco	-9,28700(*)	,000
	Preto	5,59333	,209		Preto	1,80535	1,000
	Amarelo	2,60547	1,000		Pardo	-3,78797	,512
	Indígena	6,54728	1,000		Amarelo	-1,18250	1,000
	Negro	14,58964	1,000		Indígena	2,75930	1,000
	Moreno	3,78797	,512		Negro	10,80166	1,000
	Branco	-8,10450	,060				
	Preto	2,98786	1,000				
	Pardo	-2,60547	1,000				
	Indígena	3,94181	1,000				
	Negro	11,98417	1,000				

* p<0,05.

Elaboração própria a partir dos dados da PRMBH 2002.

Tabela 4

	Média de Anos de Escolaridade: Reclassificação de Cor do Entrevistador para o Entrevistado			Média de Pontos no Índice da Ocupação Principal segundo Nelson do Vale Silva 1996: Reclassificação de Cor do Entrevistador para o Entrevistado		
	N	Sig	Teste F	N	Sig	Teste F
Branco	1008	0,000	12,779	621	0,000	9,599
Preto	1007	0,000	13,159	621	0,000	10,997
Pardo	1010	0,000	9,561	622	0,000	7,761
Amarelo	1007	0,000	12,545	621	0,000	9,090
Indígena	1011	0,000	19,692	622	0,000	13,017

* p<0,05.

Elaboração própria a partir dos dados da PRMBH 2002

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, Sérgio. (2002), *As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. (1999), *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Ed.34.
- HASENBALG, Carlos A & SILVA, Nelson do Valle & LIMA, Márcia. (1999), *Cor e Estratificação Social*. Rio de Janeiro, Contra Capa.
- LOVELL, Peggy A & BERCOVICH, Alicia M.. (1991), *Desigualdade Social no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR.
- MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura. (1996), *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/CCBB.
- PESTANA, M. H., & GAGEIRO, J. N. (2000). *Análise de dados para Ciências Sociais. A complementariedade do SPSS*. 2ª edição, Lisboa, Edições Sílabo Ltda.
- SOUZA, Jessé. (2003), "(Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é 'ser gente'?". *Lua Nova*, 59.